

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 04.04.84

Pg.: \_\_\_\_\_

### Impasse e tensão no conflito do Xingu

Da correspondente  
e da sucursal

Os índios não participaram de nenhuma reunião com a Funai, ontem, para tratar do conflito de terras no Xingu, mas por causa deles houve clima de tensão em Goiânia e em Brasília. Na capital de Goiás, o presidente do órgão, Otávio Ferreira Lima, participou de reunião com representantes da Associação dos Fazendeiros do Xingu, cujo encontro foi marcado por animosidade. No Distrito Federal, tropas de choque da PM amanheceram nos prédios do Ministério do Interior, da Funai e do Congresso, onde se realiza o II Encontro de Líderes Indígenas, para impedir um "ataque", segundo noticiara um jornal local.

Em Goiânia, o presidente da Funai recebeu da Associação dos Fazendeiros do Xingu um documento pedindo solução para o conflito de terras com os índios txucarramae. A reunião, entretanto, limitou-se à leitura, para os fazendeiros, de documento elaborado a portas fechadas entre o presidente da Associação, Luiz Carlos Lima, e o presidente da Funai.

Luiz Carlos esclareceu apenas que iria entregar um documento a Ferreira Lima, sem o conhecimento dos fazendeiros. Mas diante do protesto — todos queriam saber do que se tratava — Luiz Carlos, mesmo nervoso, revelou o conteúdo, dizendo que o conflito "está sendo alimentado por elementos estranhos, que querem fazer deste País uma segunda Nicarágua ou El Salvador". E justificou-se, alegando que os índios estão querendo uma área não desapropriada para esse fim, "aliciados por alguns funcionários da Funai".

Ferreira Lima disse, por sua vez, que os índios estão em área demarca-

da legalmente e, "sem querer polemizar", sugeriu que o problema criado com a retenção da balsa do rio Xingu e da rodovia BR-080, "é um problema do Departamento de Estrada de Rodagem de Mato Grosso". Os fazendeiros, no entanto, enfatizaram não querer "solidarizar-se com a Funai", mas exigir a retirada dos índios e a volta à normalidade na área, prometendo até "ir ao presidente da República, se preciso, para resolver esse assunto".

Enquanto isso, o policiamento em Brasília (policiais armados com cassetetes e cães) circulava pelas áreas do Ministério do Interior, a Funai e o Congresso. Todos preparados para o "ataque" dos índios, segundo um jornal local. Quando tomou conhecimento fato, o deputado-cacique Mário Juruna dirigiu-se à Funai para falar com Ferreira Lima, mas quem o recebeu foi o diretor do Departamento de Assistência ao Índio, Carlos Grossi.

Grossi prometeu a Juruna suspender o policiamento, se ele, em nome dos outros índios, assegurasse que não tencionavam invadir a sede da Funai para exigir o afastamento de Ferreira Lima. O deputado-cacique não aceitou essa sugestão, afirmando que os índios jamais falaram em ocupar o órgão: "A Funai — desabafou — tem segurança apenas para ela e nunca para proteger o índio". Juruna acrescentou ainda que somente com eleições diretas será possível "derrubar as pessoas que estão no poder prejudicando os índios".

À tarde, os índios estiveram na Procuradoria Geral da República e entregaram uma representação pedindo ação direta de inconstitucionalidade perante o STF contra o decreto e a portaria que demarcam suas terras.